

paga e a pagar é reconhecida no resultado.

• Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

• Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos - quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso da unidade geradora de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos da unidade geradora de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração premissas de mercado, tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico e do mercado específico em que a Companhia atua, entre outros fatores.

(iii) Avaliação dos instrumentos financeiros - a nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(iv) Depreciação do ativo imobilizado - a depreciação do imobilizado é calculada pelo método de unidades produzidas e quotas constantes, sendo os respectivos métodos aplicados para classes de ativos diferentes. A Administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.

(v) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis - a Companhia é parte em diversas causas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e para que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(vi) Reservas minerais e vida útil de minas - as estimativas de reservas minerais são anualmente avaliadas e atualizadas pelos especialistas da Companhia. As reservas possíveis, provadas e prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas possíveis, provadas e prováveis registradas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas, e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como cus-

to dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de "impairment".

(vii) Provisão para recuperação do meio ambiente - tem como objetivo principal a formação de valores de longo prazo, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do uso do ativo. As provisões realizadas pela Companhia referem-se, basicamente, ao fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e a desativação dos ativos vinculados à mina. A Companhia reconhece uma obrigação para desmobilização de ativos no período em que se estima esta deverá ocorrer. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas à recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por tratar-se de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação e vida útil do ativo, considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

i) Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("joint operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016

- A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:
- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "joint venture" (d).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento Mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 - Transações com adiantamentos em moedas estrangeiras (b).
- Melhorias anuais - Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b).
- Alterações à IAS 40 - Transferência de propriedades para investimentos (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017.
- (b) 1º de janeiro de 2018.
- (c) 1º de janeiro de 2019.
- (d) Data de vigência adiada indefinidamente.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	3.3325	8.400
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	290.501	276.986
Total	293.826	285.386

(a) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são remuneradas a taxas que variam entre 90% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. ESTOQUES

Composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	34.608	31.970
Produtos em processo	10.059	12.879
Matérias-primas	22.002	15.847
Insumos e materiais auxiliares	8.210	8.919
Materiais de almoxarifado	16.375	15.507
Importações em andamento	2.294	4.054
Provisão para perdas	(59)	(641)
Total	93.548	88.535

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(641)	(3.194)
Adições	(875)	-
Reversões	1.457	2.553
Saldo final	(59)	(641)

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2016	31/12/2015
ICMS (a)	103.768	103.381
PIS (b)	7.954	7.823
COFINS (b)	37.344	36.216
Outros	12.575	14.830
Total	161.641	162.250

Circulante	11.659	13.184
Não circulante	149.982	149.066

(a) Referem-se a créditos oriundos da aquisição de insumos e ativo imobilizado. No final do exercício de 2006, a Companhia obteve do Governo do Estado do Pará termos de transferência de créditos de ICMS, no montante de R\$51.736, dos quais R\$8.234 foram utilizados para a compensação de ICMS oriundos de diferencial de alíquotas e R\$42.783 foram vendidos para terceiros durante os anos de 2008 a 2011. Desde 2012 não houve movimentação relevante do saldo.

O saldo remanescente de créditos de ICMS em termos de transferência equivalente a R\$103.768 (R\$103.381 em 31 de dezembro 2015), tem sua realização condicionada à obtenção de novos termos de transferência do Governo do Estado do Pará e sujeito à identificação de empresas com possibilidade e interesse na aquisição dos referidos créditos.

(b) Referem-se a créditos oriundos da aquisição de insumos de produção, energia elétrica, ativos imobilizados, dentre outros, permitidos pela legislação vigente. Referidos créditos foram solicitados a Receita Federal do Brasil através de pedidos de ressarcimento eletrônico. A Companhia encontra-se sob fiscalização do órgão competente referente aos créditos de PIS e COFINS para os anos calendário de 2008 a 2013, aguardando o termo de encerramento.

7. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifícios, benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Equipamento de informática	Equipamentos de transporte	Móveis e utensílios e outros	Direito de exploração de jazida	Decapeamento	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.342	153.694	605.358	3.928	5.034	2.634	53.511	73.222	28.970	931.693
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	90.727	90.727
Baixas	-	(47)	(506)	-	(269)	-	-	-	-	(822)
Transferências	-	1.962	11.439	296	866	1.028	1.062	33.176	(49.829)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.342	155.609	616.291	4.224	5.631	3.662	54.573	106.398	69.868	1.021.598
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	78.463	78.463
Baixas	-	-	(1.130)	(4)	(696)	(15)	-	-	-	(1.845)
Transferências	2.892	30.786	31.112	928	252	1.047	1.133	30.999	(99.007)	142
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.234	186.395	646.273	5.148	5.187	4.694	55.706	137.397	49.324	1.098.358
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(56.392)	(321.246)	(3.596)	(4.117)	(1.538)	(24.020)	(65.982)	-	(476.891)
Despesas de depreciação/amortização	-	(8.169)	(34.606)	(396)	(127)	(456)	(1.290)	(30.896)	-	(75.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(64.561)	(355.852)	(3.992)	(4.244)	(1.994)	(25.310)	(96.878)	-	(552.831)
Despesas de depreciação/amortização	-	(9.215)	(32.780)	(396)	144	(377)	(1.247)	(32.167)	-	(76.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(73.776)	(388.632)	(4.388)	(4.100)	(2.371)	(26.557)	(129.045)	-	(628.869)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	8.234	112.619	257.641	760	1.087	2.323	29.149	8.352	49.324	469.489
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	5.342	91.048	260.439	232	1.387	1.668	29.263	9.520	69.868	468.767